



O que leva uma mãe a abandonar um filho?

Carolina Santos Soejima
Lidia Natalia Dobrianskyj Weber

Resumo: Em todos os tempos existiram mães que não puderam ou não quiseram criar seus filhos. A presente pesquisa visou avaliar a qualidade da interação familiar percebida por essas mães em suas próprias infâncias. As pesquisas atuais consideram que as experiências da mãe em sua família de origem são influenciadoras à sua maternagem futura. Buscaram-se 21 mães que abandonaram seu(s) filho(s), por meio de uma amostra intencional, e solicitaram-se 21 mães, indicadas por essas, porém sem história de abandono de filho(s), para verificar a qualidade de suas interações familiares em outrora. Para tanto, foram utilizadas as Escalas de Qualidade de Interação Familiar e concluiu-se, com dados estatisticamente significativos, que as mães que abandonaram seu(s) filho(s) foram filhas abandonadas, inseridas em uma infância marcada por maus-tratos e negligência parental.

Palavras-chaves: abandono; mães; filhos.

What leads a mother to abandon her child?

Abstract: In all times always existed mothers that couldn't or didn't want to raise their children. This research aimed to evaluate the quality of family interaction to which these mothers have been submitted during their childhood, and its influence on their future motherhood. The abandoning mothers were intentionally sampled and mothers without a history of abandonment were indicated as controls by the group of abandoning mothers, with 21 mothers in each group. Participants completed the Scale of Family Interaction's Quality, and the differences and similarities between groups were established through statistical analysis. The main results are that abandoning mothers were abandoned daughters and had a childhood history of neglectful parenting and maltreatment.

Keywords: abandonment; mothers; children.

Introdução

O abandono de crianças foi permitido e tolerado desde tempos imemoriais. Variaram, apenas, as motivações, as circunstâncias, as causas, as frequências e as atitudes em face do fato praticado e aceito. Os pesquisadores de diferentes áreas, geralmente dedicam-se à vida e a experiência de filhos abandonados e de pais que os criam, porém pouco se conhece sobre as mães doadoras, as quais constituem uma legião de desconhecidas nesse cenário em que todos parecem compactuar com o silêncio.

É no contexto de pobreza do Brasil que se encontra a maioria dos casos de abandono de crianças: o abandono tanto pela negligência quanto o abandono nas ruas, lixos e maternidades. Este fenômeno está fortemente associado à proibição legal do aborto, à miséria, à falta de esclarecimento à população e à falta de amparo familiar.

A maioria dos abandonos se dá por mães jovens (entre 15 e 20 anos), solteiras, com dificuldades financeiras, sem apoio do parceiro e da família. São, em sua maioria, mães excluídas, que abandonam porque foram abandonadas pelas políticas públicas e pela sociedade (Becker, 1994; Weber, 2000; Weber & Kossobudzki, 1996). Outro relevante fator, apontado por Motta (2001) e Watanabe (2002), considera que o padrão de apego e de cuidador, característicos de cada mulher, são fatores de peso na decisão de entrega ou não da criança, independentemente da situação socioeconômica que esteja sendo vivida, ou de quaisquer outras situações adversas.

Atualmente tem-se conhecimento que o abandono é um problema que atinge tragicamente as sociedades e é de extrema importância que seja conceituado e compreendido, visando a encontrar novas formas de ação para prevenção e solução do problema.

O abandono na História

Sabe-se da existência de casos de abandono de crianças em praticamente todas as grandes civilizações da Antiguidade. Na tradição judaica, dois exemplos fortes e centrais de abandono aparecem nas escrituras do Antigo Testamento – Ismael e Moisés. Na Bíblia, bem como no Talmude, há numerosas alusões ao abandono de bebês, o que mostra a frequência do costume. A mitologia e a filosofia também mencionam. Édipo, filho de Laio e Jocasta, Júpiter, deus da Luz, Hércules e Esculápio (filho de Apolo) são alguns exemplos. Platão, em A República e Aristóteles, na sua Política trataram o tema (Marcílio, 1998).

Informalmente, o abandono foi comum até o final da Idade Média – período em que a criança era reconhecida como um grupo de segunda categoria – um ser imperfeito que necessitava sair deste estado infantil para merecer algum respeito (Badinter, 1985; Roig & Ochotorena, 1993; Trindade, 1999). O processo de mudanças começou na Itália ao longo dos séculos XV e XVI com a criação dos hospitais para expostos. O nome Roda – dado à casa dos expostos – deve-se ao dispositivo de madeira onde se colocava o bebê que desejava abandonar (Marcílio, 1998). O ardor moralista via na Roda uma forma de defesa dos bons costumes e da família e atingia a condição de regulador dos possíveis “desvios” familiares (Gonçalves, 1987). Todavia, a mortalidade sempre fora elevada nessas instituições de abandonados. Segundo Trindade (1999), 20% das crianças morriam ao chegar; 30% no final do primeiro ano de vida e 32% sobreviviam até os cinco anos. No final do século XIX, as Rodas praticamente desapareceram da Europa, enquanto no Brasil elas foram criadas a partir do século 18 e durante um século e meio foram a única ação de proteção à criança abandonada. A Roda dos Enjeitados no Brasil existiu até 1950, o último país do mundo a acabar com ela. O Brasil, apesar de ter sido o último país a acabar com a Roda dos Expostos, foi antecessor em criar uma lei específica para crianças e adolescentes após a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, em 1989. A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 foi um avanço de proteção à infância, fruto da mobilização da sociedade civil (Marcílio, 1998).

É importante mencionar que há grandes dificuldades em encontrar estudos sobre o abandono no Brasil, devido à ausência de registros e à falta de domínio da escrita nos tempos remotos. Segundo Trindade (1999), o alto índice de analfabetismo e a dependência administrativa até as primeiras décadas do século XIX pontuavam com grandes lacunas as fontes tradicionalmente utilizadas para a história do Brasil. O ato de expor os filhos foi introduzido no Brasil pelos brancos europeus – os índios não abandonavam os próprios filhos. Ademais, o abandono limitava-se ao espaço urbano; raramente ocorria no meio rural, onde a força de trabalho familiar ocupava fundamental papel na sobrevivência da unidade doméstica (Marcílio, 1998; Motta, 2001; Trindade, 1999).

No século XVIII o abandono e a mortalidade infantil cresceram rapidamente, manifestando-se onerosos ao Estado. A solução vista foi criar meios para erradicá-los. Assim, novas estratégias foram adotadas, conscientizando as mães a não abandonarem as suas crianças. Toda a mãe deveria amamentar e cuidar de seu filho, mantendo-o junto de si, até que se tornasse capaz e independente (Badinter, 1985; Forna, 1999; Marcílio, 1998; Trindade, 1999). Deu-se início à valorização da criança.

Por conseguinte, o século XIX – caracterizado pelo crescimento da vida urbana e desenvolvimento industrial – exibiu um peculiar aumento de crianças abandonadas. Desta forma, a mulher do século XIX foi induzida a aceitar o papel de boa mãe. Este século foi marcado como a era das provas de amor, onde o bebê e a criança transformaram-se nos objetos privilegiados da atenção materna. O abandono passou a ser considerado um ato de depravação dos costumes. Contudo, foi no século XX que esta concepção alcançou seu ápice, transformando o conceito de responsabilidade materna ao de culpa. Da responsabilidade à culpa, segundo Forna (1999), foi apenas um passo, devido à exaltação à nobreza das tarefas maternantes, as quais eram capazes de condenar as que não as realizavam perfeitamente. As mulheres mais engajadas em sua condição de mãe aceitaram com alegria o desempenho desta função. Porém, as outras, mais numerosas que se podia supor, não puderam, sem angústia e culpa, distanciar-se do novo papel imposto. A boa mãe era terna ou não era boa mãe. Não amar os filhos presumia crime imperdoável (Badinter, 1985; Motta, 2001). Em suma, foi assim que a maternidade se tornou o que é hoje: um dos estados humanos mais naturais, e um dos mais policiados, uma responsabilidade única da mulher; não apenas um dever, mas uma vocação altamente idealizada, cercada de emoção por todos os lados. Ao contrário de períodos anteriores, observou-se uma práxis diferenciada de atendimento à criança, na qual a assistência foi apenas um traço tênue e a educação foi tornando-se fundamental.

A história mostrou um abandono superior de meninas que meninos. Porém, a pesquisa de Sherr e Hackman (2002), realizada na Europa, evidencia que tal dado não se mantém, ou seja, mais meninos estão sendo abandonados.

A mãe que abandona

A retórica da maternidade encontra-se intocada por tanto tempo que se exhibe entrelaçada no tecido da consciência social. Ao destacar a mãe que abandona seu filho, vê-se necessário retratar a maternidade, no que tange a sua concepção histórica

e social propriamente dita, para um global entendimento da situação do abandono. Assim, em primeira análise concebem-se as falhas naquilo que é apresentado como verdade cristalina à maternagem e, consecutivamente, aos padrões formados por essas falhas e, por fim, tornam-se evidentes os mitos criados sobre a maternidade.

Muitos biólogos comportamentais, segundo Chodorow (1990) e Hrdy (2001), partiram do princípio de que a mulher normal é sempre uma mãe. Tal premissa embasou-se na fisiologia feminina que possibilita à mulher procriar e, portanto, quem pode melhor matinar. Deste modo, qualquer relutância ou falha em cuidar da prole, qualquer desvio da energia da mãe para outras atividades era visto como patológico.

É sabido que o mito da “boa mãe” sempre foi eficaz aos costumes familiares e à distribuição de papéis e este é um dado sociológico raramente questionado e cuja importância é capital para a estruturação de um grupo humano (Forna, 1999; Giberti, Chavanneau de Gore & Taborda, 1997; Motta, 2001).

Fonseca (1995) alegou em detrimento à concepção da fisiologia feminina como indutiva à maternidade, que criar filhos, enquanto primordial ocupação da mulher, ocorre em razão ao acordo tácito entre os cônjuges, onde cabe à mulher gerar os filhos em troca do sustento econômico do marido. No entanto, desde os países contemporâneos – em que as mulheres vivem num estado de liberação ecológica, não mais obrigadas a forragear seu alimento dia após dia para manterem-se vivas e com uma ampla gama de opções reprodutivas – até as outras regiões do mundo onde são menos afortunadas, as mulheres estão constantemente fazendo trocas entre subsistência e reprodução (Hrdy, 2001). Similarmente, Chodorow (1990) mencionou que o “gerar e cuidar das crianças é um dos poucos elementos universais e duradouros da divisão de trabalho por sexo” (p. 17). À mulher era oferecida a escolha: ser a ‘boa mãe’, socialmente esperada, ou então, tornar-se a ‘mãe irresponsável’. Logo, estudos de casos históricos, etnográficos e demográficos apontaram a existência de muitas mães que não cuidaram instintivamente de seus filhos. A escolha dessas mulheres pôs em análise os argumentos essencialistas acerca das mães geneticamente programadas para criar seus filhos. Assim, foi mais fácil aceitar a idéia de que o amor materno é um sentimento socialmente construído.

A relação materno-filial está determinada, desde seu começo, por diversas influências psicológicas do desenvolvimento da própria infância, educação e ambiente cultural da mãe (Balcon, 2002; Bonomi, 2002) e essa é uma das razões do referido não querer matinar.

A mãe que abandona é incluída na categoria ‘deixou seu filho’. Mas é preciso considerar e discernir as diferentes modalidades dessa separação. A decisão de abandonar um filho pode significar, para a mulher, aceitar a impossibilidade de criá-lo, ou sua rejeição a ela ou a frustração de seu amor e desejo maternantes. Entretanto, Becker (1994) reconheceu que há mulheres que não se dispõem à maternidade. A rejeição ao filho é real e manifesta e a manutenção de um vínculo colocaria em risco o desenvolvimento da própria criança.

Assim, observa-se que se o amor materno fosse instintivo todas as mães deveriam ser amorosas. E o que se examina é que em todos os tempos houve mães que amavam, porém, de modo algum, isso foi universal.

As causas do abandono

À ótica social, as causas maternas sempre serão frívolas frente ao ato praticado. As diversas causas do abandono, para Pouchard (1997), necessitam que a realidade se imponha. A autora cita o desamparo e a miséria, acreditando que, geralmente, trata-se de situações dramáticas em que os pais biológicos não têm muitas oportunidades. Em face da realidade da mãe abandonante, a qual se insere, muitas vezes, na parcela populacional submetida à exclusão, à miséria e à violência, essa mãe crê que o abandono é o melhor que ela pode estar fazendo por seus filhos (Freston & Freston, 1994; Weber, 1999).

Mães com histórias de abandono e negligência em suas vidas pregressas constituem o grupo que conduz tal característica às suas experiências maternantes. Trata-se de um círculo vicioso, em que o drama do abandono se reproduz de geração em geração, ou seja, o abandonado abandona (Lipps, 2002; Pouchard, 1997; Watanabe, 2002; Weber, 2006).

As experiências familiares, embora não completamente determinantes, são cruciais à futura maternagem. Assim, as práticas educativas e os estilos parentais recebidos podem tecer a base na qual o abandono se encerra. O estilo parental consiste no conjunto de manifestações dos pais em direção a seus filhos, que caracteriza a natureza da interação entre esses (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002). Ele pode ser entendido como o clima emocional que perpassa as atitudes dos pais, cujo efeito é o de alterar a eficácia de exercícios disciplinares específicos, além de influenciar a abertura ou predisposição dos filhos para a socialização (Darling & Steinberg, 1993). Acredita-se que a qualidade da interação familiar a que as mães que abandonaram os seus filhos foram submetidas em suas infâncias foi um dos principais determinantes para o abandono de suas crianças.

Fonseca (1995) ainda observou certas regularidades no comportamento familiar de mães que abandonaram os seus filhos no Brasil. Percebeu uma raridade de casamentos legais; uma relativa instabilidade conjugal e uma proporção alta de mulheres chefes-de-família. Stevens, Nelligan e Kelly (2001) atentaram à imaturidade materna como determinante ao abandono, uma vez que, em sua pesquisa, a maioria das mães abandonantes era adolescente. Mães muito jovens, segundo a literatura internacional, apresentam maior probabilidade de negligenciar seus filhos (Daly & Wilson, 1988; Lee & George, 1999; Overpeck, Brenner, Trumble, Trifiletti & Berendes, 1998). Já Jones (1993), concluiu a partir de seu estudo, que além da pouca idade, da falta de condições econômicas e/ou sociais, um dos fatores que mais influenciaram as mães a abandonar os seus filhos foi o julgamento alheio.

Segundo Freston e Freston (1994), o perfil predominante da mãe que abandona no Brasil é de uma mulher solteira, de mais de 20 anos, de educação primária incompleta, com trabalho incerto, sem fontes maiores de sustento familiar e que engravida de uma relação eventual sem compromisso estável. A maioria dos casos de abandono, de acordo com as pesquisas dos autores acima referenciados, é determinada pela conjugação do fator econômico (pouca educação formal; salário inconstante) com o fator familiar (enfraquecimento da família extensa pela migração; ausência do

companheiro). Quando existe apenas um desses fatores, a incidência de abandono é significativamente menor.

Compreende-se então, que o abandono é um fato social total que só se desvela se compreendido historicamente nas suas vertentes biológicas e psicológicas, culturais e socioeconômicas e não de um modo essencialista, seja qual for a “essência” eleita ou a sua justificação.

O objetivo da presente pesquisa foi avaliar a qualidade da interação familiar a que as mães que abandonaram seu(s) filho(s), bem como àquelas não-abandonantes, foram submetidas enquanto filhas. Assim, verificando semelhanças e diferenças entre a qualidade da interação familiar que ambos os grupos de mães viveram.

Método

Participantes

Vinte e uma mães que abandonaram um ou mais filhos, as quais constituíram o Grupo 1 (G1), assim como 21 mães que não abandonaram seu(s) filho(s), componentes do Grupo 2 (G2). O G2 foi disposto a partir da indicação dessas mães pelas entrevistadas do G1. Utilizou-se o critério de indicação das mães do G2, visando à proximidade e certa vinculação com as mães que abandonaram (G1), tentando manter, desta forma, semelhanças entre elas, sejam referentes à situação socioeconômica e familiar. A cada mãe abandonante entrevistada foi solicitado que a mesma apontasse uma mãe, próxima a ela, objetivando a manutenção da pesquisa. Ambos os grupos compuseram uma amostragem de conveniência e não uma amostra estratificada, frente à impossibilidade de obtê-la, em detrimento a peculiar característica da pesquisa e seus sujeitos.

A pesquisa realizou-se em duas cidades do Sul do país e as entrevistas aconteceram em locais escolhidos pelas entrevistadas.

Instrumentos

Fez-se uso das Escalas de Qualidade de Interação Familiar (EQIF) que analisam e avaliam interações familiares e práticas parentais (Weber, Brandenburg & Viezzer, 2003; 2006a; 2006b) dentro das seguintes dimensões: Relacionamento Afetivo; Envolvimento; Regras; Reforçamento; Punições Inadequadas; Comunicação Positiva por Iniciativa dos Pais; Comunicação Positiva por Iniciativa dos Filhos; Comunicação Negativa; Clima Conjugal Positivo; Clima Conjugal Negativo; Modelo Parental e Sentimentos dos Filhos.

Procedimento

O contato com as mães era iniciado pela a apresentação da pesquisadora, sua filiação e o objetivo da pesquisa. Ao concordar a entrevistada assinava o Termo de Consentimento Informado e as questões eram lidas e assinaladas pela pesquisadora de acordo com as respostas dadas pelas mães.

Análise dos dados

As dimensões da EQIF foram avaliadas através de um sistema Likert de cinco pontos, de “nunca” a “sempre”, o qual era direcionado a cada questão e a cada genitor, o que propiciou a individual análise da relação da participante com cada um de seus pais. Foi obtido o escore total de cada dimensão, separadamente, para ambos os grupos – G1 e G2 – e para cada genitor, e também, o cálculo da frequência e porcentagem de respostas às questões. Utilizou-se o teste de Mann-Whitney, para comparar diferenças entre os grupos G1 (mães que abandonaram seu(s) filho(s)) e G2 (mães que não abandonaram).

Resultados

Inicialmente foi medida a consistência interna do instrumento para a amostra pesquisada (alfa de Cronbach) e foram obtidos altos valores de alfa, sendo o alfa total 0,9812. Os resultados do teste Mann-Whitney mostraram significativa diferença na qualidade de interação familiar na infância das mães que abandonaram seu(s) filho(s) em razão daquelas que não o fizeram, em todas as escalas da EQIF. É preciso clarificar que se optou pelo uso da palavra “abandono” depois das entrevistas com as mães, pois elas mesmas utilizaram esta palavra no lugar de entrega ou doação.

Os grupos mostraram-se totalmente distintos entre si em relação a diferentes medidas de interação familiar. As dimensões Relacionamento Afetivo, Envolvimento e Reforçamento foram as mais divergentes entre G1 e G2 tanto para pai quanto para a mãe das entrevistadas, como se pode observar na Tabela 1.

Tabela 1 – Porcentagem das respostas das mães frente a todas as questões que compõem as dimensões Relacionamento Afetivo, Envolvimento e Reforçamento das Escalas de Interação Familiar.

Relacionamento afetivo				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1-Pai	90,3	6,9	2,8	100,0
G1-Mãe	77,4	17,8	4,8	100,0
G2- Pai	25,0	66,1	8,9	100,0
G2-Mãe	9,5	67,3	23,2	100,0

Envolvimento				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1- Pai	93,4	4,4	2,2	100,0
G1 -Mãe	77,1	20,0	2,9	100,0
G2-Pai	49,5	41,0	9,5	100,0
G2 - Mãe	20,9	47,7	31,4	100,0

Reforçamento				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1-Pai	92,6	7,4	0	100,0
G1-Mãe	73,8	25,4	0,8	100,0
G2-Pai	17,4	69,1	13,5	100,0
G2 - Mãe	1,6	62,7	35,7	100,0

As mães que abandonaram seu(s) filho(s), G1, concentraram suas respostas referentes ao relacionamento afetivo com seus pais nos itens “nunca ou quase nunca”, sendo estes os percentuais mais altos da dimensão e demonstrando a falta de relacionamento afetivo que elas tiveram em suas infâncias. Da mesma forma, observa-se a dimensão Envolvimento – altos percentuais relacionados à ausência de envolvimento das mães que abandonaram com seus pais – e a dimensão Reforçamento, que também permite observar a falta dele na infância do G1. Já o G2 concentrou suas respostas no item “às vezes”, demonstrando que tiveram, em alguns momentos, reforços positivos e afeto.

Os dados da Tabela 1 mostram que as mães que abandonaram seu(s) filho(s) não experienciaram relações afetivas, envolvimento parental e não receberam reforços positivos, influenciando diretamente em sua auto-estima e afeto. A extrema falta de afeto e/ou rejeição parental associada à punição recebida dos pais contribui para o desenvolvimento de comportamentos agressivos no filho (Grusec & Lytton, 1998; Reppold & Cols, 2002). O envolvimento entre pais e filhos é crucial ao desenvolvimento global da criança e se manifesta em todas as esferas da vida do filho. Há correlação entre o comportamento dos pais para com os filhos e os futuros comportamentos desses, ou seja, transmissão intergeracional de práticas educativas parentais (Bates, Lanthier, Olson, Sandy & Sheryl, 2000; Montagne & Walker, 2002; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006).

A Tabela 2 refere-se às práticas punitivas e coercitivas e à comunicação negativa dos pais, percebidas pelas entrevistadas na infância, bem como ao clima conjugal negativo de seus pais. A Tabela 2 mostra que as participantes que abandonaram seus filhos foram submetidas com grande frequência a punições inadequadas e a uma comunicação negativa com seus pais.

Tabela 2 – Porcentagem das respostas das mães frente a todas as questões que compõem as dimensões Punições, Comunicação Negativa e Clima Conjugal Negativo das Escalas de Interação Familiar.

Punições				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1-Pai	37,8	6,9	55,3	100,0
G1-Mãe	34,6	24,1	41,3	100,0
G2- Pai	42,1	31,2	26,7	100,0
G2-Mãe	55,1	26,5	18,4	100,0
Comunicação negativa				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1- Pai	23,1	17,6	59,3	100,0
G1 -Mãe	16,7	25,4	57,9	100,0
G2-Pai	34,2	56,3	9,5	100,0
G2 - Mãe	33,3	59,5	7,2	100,0
Clima conjugal negativo				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1- Pai	11,1	20,0	68,9	100,0
G1 -Mãe	10,9	25,4	63,7	100,0
G2-Pai	17,1	76,2	6,7	100,0
G2 - Mãe	14,3	77,8	7,9	100,0

As participantes que abandonaram seus filhos, G1, além de não terem apresentado um bom relacionamento afetivo e envolvimento com seus pais e terem apresentado ausência de reforçamento positivo por ambos, também perceberam que foram submetidas constantemente a punições inadequadas e a uma comunicação negativa com seus pais. A relação com os pais e o tipo de cuidado e atenção recebidos na infância condiciona e explica a capacidade para desempenhar o papel de mãe (Bonomi, 2002; Pouchard, 1997). As mães que abandonaram, em suma, foram filhas de pais significativamente negligentes; enquanto as mães que não abandonaram, mesmo inseridas em ambiente pobre, apresentaram menores incidências de punições inadequadas. A porcentagem de respostas à categoria sempre foi significativamente inferior no G2.

O clima conjugal entre o casal, segundo as filhas do G1, era ruim, tornando evidente a propagação do clima conjugal negativo. As mães do G1 concentraram suas respostas à categoria “sempre e quase sempre” em relação à negatividade do relacionamento de seus pais. Já as mães do G2, em sua maioria, observaram “às vezes” um clima conjugal negativo entre seus pais, não “sempre ou quase sempre”, como o G1. Pesquisadores têm consistentemente mostrado que o freqüente conflito conjugal é fortemente preditor de práticas de educação negativas e ausência de responsividade parental (Emery, 1982; Jouriles & Cols, 1991).

A Tabela 3 refere-se às dimensões Regras, Modelos Parentais e Sentimentos dos Filhos da EQIF. Nessas três dimensões pode-se observar distinção entre as respostas dadas para pai e para mãe entre as entrevistadas do G1 e do G2.

Tabela 3 – Porcentagem das respostas das mães frente a todas as questões que compõem as dimensões Regras, Modelo Parental e Sentimento dos Filhos das Escalas de Interação Familiar.

Regras				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1-Pai	74,6	14,3	11,1	100,0
G1-Mãe	46,3	29,2	24,5	100,0
G2- Pai	25,2	55,1	19,7	100,0
G2-Mãe	5,4	36,8	57,8	100,0
Modelo parental				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1- Pai	53,7	37,0	9,3	100,0
G1 -Mãe	30,1	49,2	20,7	100,0
G2-Pai	1,6	41,3	57,1	100,0
G2 - Mãe	0	27,0	73,0	100,0
Sentimento dos filhos				
	Nunca ou quase nunca (%)	Às vezes (%)	Sempre ou quase sempre (%)	Total (%)
G1-Pai	75,6	20,0	4,4	100,0
G1-Mãe	49,5	41,0	9,5	100,0
G2-Pai	2,9	57,1	40	100,0
G2 - Mãe	0	41,9	58,1	100,0

O G1 concentrou suas respostas na ausência (“nunca e quase nunca”) de regras impostas pelo pai (sexo masculino) em sua infância, enquanto as respostas direcionadas às mães ficaram menos concentradas numa categoria de resposta – 46,3% afirmaram ausência de regras pelas mães, mas 53,7% das respostas demonstraram a existência de alguma regra imposta por essas. O G2 demonstrou um maior contato com regras impostas pelos pais em sua infância. A apresentação de valores aos filhos é analisada através da dimensão Modelo Parental. O G1 concentrou suas respostas na falta ou mínima perpetuação de modelos pelos pais (sexo masculino) e numa presença inconstante (“às vezes”) de modelos pelas mães. O G2 assegurou, na maioria de suas respostas, a presença constante de modelos transmitidos pelas mães (“sempre e quase sempre”) e demonstrou a existência deles também pelos pais. A monitoria e colocação de regras têm sido sistematicamente estudadas, pois as pesquisas revelam correlações consistentes com ausências de regras e monitoria e comportamentos anti-sociais nos filhos (Crouter & Head, 2002).

Na dimensão referente aos sentimentos dos filhos em relação aos pais, que investiga o quanto os filhos orgulham-se e sentem-se amados por seus pais, pode-se observar que o G1 afirmou nunca ou quase nunca apresentar sentimentos positivos aos seus pais (sexo masculino), enquanto em relação às mães, percebe-se uma concentração significativa de respostas à categoria “às vezes”, além da negativa, “nunca e quase nunca”. Já o G2 apresentou respostas mais positivas, concentradas nas categorias “sempre e quase sempre” e “às vezes”. As mães que não abandonaram mostraram uma maior incidência de sentimentos positivos relacionados aos seus pais, em suas infâncias, que as mães que abandonaram.

Apesar das mães (sexo feminino) fazerem notar, em duas dimensões da EQIF, melhor conduta que os pais, essa foi apontada apenas às dimensões que impõem limites (Regras) e apresentam valores (Modelos), não se referindo àquelas que envolvem afeto (Relacionamento Afetivo) e comunicação.

Discussão

Estudos enfatizam que as mães submetidas à negligência em suas vidas pregressas conduzem tais práticas às suas experiências maternas (Bates & Cols, 2000; Lipps, 2002; Montagne & Walker, 2002; Pouchard, 1997; Watanabe, 2002). Corroborando a estes estudos encontram-se os resultados da pesquisa, já que as mães do G1 confirmaram a ausência de um relacionamento afetivo com seus pais, de envolvimento e a falta de reforços positivos. Além disso, afirmaram que recebiam, em suas infâncias, freqüentes punições e que não tinham uma boa comunicação com seus pais. Abandono gera abandono? Estudos revelam que sim (Motta, 2001; Watanabe, 2002; Weber, 2000; Weber, 2006) e a presente pesquisa confirma tais achados. O G1 experienciou, na infância, inadequada interação familiar com ambos os pais e, à vista disso, ressalta-se que as mães que abandonaram seu(s) filho(s) foram filhas abandonadas – inseridas em uma infância marcada por maus-tratos e negligência parental.

Em referência à interação passada do G2 com seus pais (mães igualmente economicamente carentes, mas que não abandonaram nenhum filho), atentou-se a um relacionamento e envolvimento afetivo mais presente, em comparação ao G1. Igualmente, percebeu-se maior apresentação de limites por ambos os pais e reforços mais consistentes, freqüentes e sistemáticos. Quanto a punições, as mães do G2 relataram constante ocorrência de punições por seus pais (sexo masculino) e uma menor incidência em relação a suas mães. Apontaram aspectos afirmativos e nocentes da vida conjugal dos pais e a permanente propagação de modelos pelos pais, possibilitando às mães do G2, relativamente freqüentes expressões de exemplos e valores em suas infâncias. Estes resultados corroboram aos estudos que enfatizam que negligência produz negligência e que abandono gera abandono (Bates & Cols, 2000; Lipps, 2002; Montagne & Walker, 2002; Motta, 2001; Watanabe, 2002; Weber, 2000; Weber, 2006). Os estudos de Dishion e McMahon (1998) deixam claro que o fundamento de boas práticas educativas está na qualidade da interação familiar. Os resultados da presente pesquisa também corroboram aos estudos que apontam que a situação econômica não é fator primordial ao abandono materno (Farrar, 2003; Freston & Freston, 1994). Ela contribui, mas, geralmente, não é a razão para o abandono materno. Assim, concluiu-se: as mães que não abandonaram seu(s) filho(s) vivenciaram uma infância mais adequada do que as mães que abandonaram, permeada não só de considerações onerosas – como as mães abandonantes – mas também condescendidas, firmadas nas dimensões da EQIF.

Por conseguinte, foi notória a diferença, entre G1 e G2, face à qualidade da interação familiar a que essas mães foram sujeitadas em suas infâncias. Ora, foi dada a razão à influência das experiências pregressas na decisão de abandonar o(s) filho(s), ou seja, as mães submetidas à negligência e/ou abandono em suas infâncias reportaram essas as suas vivências maternantes. O padrão de apego e de cuidador, experienciado pela mãe na infância, são determinantes na decisão de abandonar (Bowlby, 1998), independentemente da situação socioeconômica vivenciada (Farrar, 2003; Freston & Freston, 1994; Motta, 2001; Watanabe, 2002). A mãe que não recebeu afeto e que não se envolveu com os pais ou cuidadores não vivenciou um modelo de apego seguro (Bowlby, 1998) e, assim, não aprendeu um modelo afetivo para seguir com seus filhos. Já as mães que não abandonaram afirmaram, através da EQIF, o recebimento constante de modelos afetivos.

Logo, destituiu-se de uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, para uma postura sistemática e crítica, uma vez que se desvelaram alguns aspectos encobridores do assunto. No Brasil, como já foi salientado, o abandono é perpetrado há muito tempo; no entanto, foram poucos os estudos que o referenciaram. Desse modo, almeja-se que a identificação de alguns aspectos presentes no abandono de um filho pela mãe tenha suscitado novas questões e interesse ao tema.

Referências

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Balcon, D. (2002). Absent father: effects on abandoned sons. *Journal of Men's Studies*, 6, 283-296.
- Bates, J., Lanthier, R., Olson, S., & Sandy, J. (2000). Early developmental precursors of externalizing behavior in middle childhood and adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 11, 229-233.
- Becker, M. (1994). A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. Em: S. Kaloustian (Org.), *Família brasileira: a base de tudo* (pp. 60-76). São Paulo: Cortez.
- Bonomi, C. (2002). Identification with the aggressor. *Psychoanalytic Dialogues*, 12, 153-158.
- Bowlby, J. (1998). *Perda, Tristeza e Depressão*. São Paulo: Martins Fontes.
- Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Crouter, A. & Head, M. (2002). Parental monitoring and knowledge of children. Em: M. H. Bornstein (Org.), *Handbook of Parenting* (pp. 461-484). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Daly, M. & Wilson, M. (1988). *Homicide*. NY: Aldine de Gruyter.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.
- Dishion, T., & McMahon, R. (1998). Parental monitoring and the prevention of child and adolescent problem behavior: A conceptual and empirical formulation. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1, 61-75.
- Emery, R. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin*, 92, 310-330.
- Farrar, A. R. (2003). Adult adoptees and the psychological processes involved in the decision to search for origins. *Journal of Family Studies*, 64, 983-999.
- Fonseca, C. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.
- Forna, A. (1999). *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Freston, Y., & Freston, P. (1994). A mãe biológica em casos de adoção: Um perfil da pobreza e do abandono. Em: F. Freire (Org.), *Abandono e adoção II* (pp.81-90). Curitiba: Terra dos Homens.
- Giberti, E., Gore, S. C. & Taborda, B. (1997). *Madres excluídas*. Buenos Aires: Editorial Norma.
- Gonçalves, M. (1987). Expostos, roda e mulheres: A lógica da ambigüidade médico higienista. Em: A. Almeida (Org.), *Pensando a família no Brasil* (pp. 73-80). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Grusec, J. & Lytton, H. (1998). *Social development: history, theory and research*. New York: Springer-Verlag.

- Hrdy, S. (2001). *Mãe natureza*. Rio de Janeiro: Campus.
- Jones, M. (1993). *Birthmothers: women who have relinquished babies for adoption: their stories*. Chicago: Review Press.
- Jouriles, E., Nurphy, C., Farris, A., Smith, D., Richlers, J., & Waters, E. (1991). Marital adjustment, parental disagreements about child rearing and behavior problems in boys: Increasing the specificity of the marital assessment. *Child Development*, 62, 1424-1433.
- Lee, B. & George, R. (1999). Poverty, early childbearing and child maltreatment: A multinomial analysis. *Children and Youth Services Review*, 21, 755-780.
- Lipps, A. (2002). Attachment, post-traumatic stress, and attitudes toward intimate partner violence: a model proposed to explain relationship between populations that abuse intimate partners and that abuse psychoactive substances. *Human Development*, 63, 15-58.
- Marcílio, M. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Montague, D., & Walker, A. (2002). Mothers, fathers, and infants: the role of person familiarity and parental involvement in infant's perception of emotion expressions. *Child development*, 73, 1339-1352.
- Motta, M. (2001). *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez.
- Overpeck, M., Brenner, R., Trumble, A., Trifiletti, L., & Berendes, H. (1998). Risk factors for infant homicide in the United States. *New England Journal of Medicine*, 339, 1211-1216.
- Pouchard, M. (1997). *Adoptar un hijo hoy*. Barcelona: Planeta.
- Reppold, C., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. Em: C. Hutz (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 9-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Roig, A., & Ochotorena, J. (1993). *Maltrato y abandono en la infancia*. Barcelona: Ediciones Martinez Roca S. A.
- Sherr, L., & Hackman, N. (2002). Abandoned babies – abandoned issue. *Counseling Psychology Quarterly*, 15, 153-159.
- Stevens, S. Nelling, D., & Kelly, L. (2001). Adolescents at risk for mistreating their children. *Child Abuse and Neglect*, 25, 753-769.
- Trindade, J. (1999). O abandono de crianças ou a negação do óbvio. *Revista Brasileira de História*, 19, 1-15.
- Watanabe, H. (2002). The transgenerational transmission of abandonment. *Journal of comparative family studies*, 29, 187-205.
- Weber, L. (2006). Abandono, institucionalização e adoção no Brasil: problemas e soluções. *O Social em Questão*, 14, 53-70.
- Weber, L. (1999). *Aspectos psicológicos da adoção*. Curitiba: Juruá.
- Weber, L. (2000). Filhos de ninguém. *Conjuntura social: crianças e jovens*, 4, 30-36.

- Weber, L., Brandenburg, O., & Viezzer, A. (2003). Estudo preliminar – elaboração de um instrumento de medida de qualidade das interações familiares. Em: Anais do IX Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, João Pessoa, p. 164-165.
- Weber, L., & Kossobudzki, L. (1996). *Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção*. Curitiba: Governo Paraná.
- Weber, L., Salvador, A.P. & Brandenburg, O. (2006a). Medindo e promovendo a qualidade na interação familiar. Em: H. Guilhardi & N. Aguirre (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (pp. 25-20). Santo André: ESEtec.
- Weber, L., Salvador, A.P. & Brandenburg, O. (2006b). Qualidade de interação familiar: instrumentos de medida e programas de prevenção. Em: M. Bandeira, Z. Del Prette, A. Del Prette (Orgs.), *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal* (pp.125-142). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Weber, L., Selig, G., Bernardi, M., & Salvador, A. P. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações – Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414.

Recebido em novembro de 2007

Aceito em maio de 2008

Carolina Santos Soejima: psicóloga, especialista em Psicologia Hospitalar Infantil, mestre em Psicologia da Infância e Adolescência e doutoranda em Educação (UFPR).

Lidia Natalia Dobrianskyj Weber: psicóloga, mestre e doutora em Psicologia (USP), pós-doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (UnB), professora da Graduação em Psicologia e Pós-graduação em Educação (UFPR).

Endereço para contato: carolinasoejima@hotmail.com